

A watercolor illustration of a coastal landscape. The top half of the image shows a pale, textured sky. Below it, a range of dark, silhouetted mountains or hills stretches across the horizon. The bottom half of the image is a textured, light blue-grey area representing water. The overall style is soft and painterly.

Uma breve história de PARATY

Museu Forte Defensor Perpétuo
Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

2ª Edição

PLANTA
DO
SACCO DE PARATY



Uma breve história de **PARATY**

Museu Forte Defensor Perpétuo
Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

2ª Edição



Presidente da República
JAIR MESSIAS BOLSONARO

Ministro do Turismo
CARLOS ALBERTO GOMES DE BRITO

Secretário Especial da Cultura
MÁRIO FRIAS

Presidente do Ibram
PEDRO MACHADO MASTROBUONO

Diretor do Museu de Arte Sacra de Paraty
e do Museu Forte Defensor Perpétuo
JULIO CEZAR NETO DANTAS

Analista e Chefe de Serviço do Museu Forte
Defensor Perpétuo
LEONARDO MORAIS DA SILVA

Técnicos em Assuntos Culturais do Museu
Forte Defensor Perpétuo
PEDRO CAMPOS FRANKE
JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE NETO

Técnica em Assuntos Educacionais do Mu-
seu Forte Defensor Perpétuo
MARIA CORINA ROCHA

UMA BREVE HISTÓRIA DE PARATY

Pesquisa e textos históricos
PEDRO CAMPOS FRANKE

Pesquisa e texto sobre comunidades
tradicionais
JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE NETO

Revisão e tradução de textos
JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE NETO
MARIA CORINA ROCHA
PEDRO CAMPOS FRANKE

Projeto Gráfico
HENRIQUE MILEN VIZEU CARVALHO

Adaptação de Projeto Gráfico para
2ª edição
PEDRO CAMPOS FRANKE

Pesquisa iconográfica
HENRIQUE MILEN VIZEU CARVALHO
JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE NETO
JULIO CEZAR NETO DANTAS
PEDRO CAMPOS FRANKE

IMPRESSO EM 2022 POR IAG SERVIÇOS
GRÁFICOS, SÃO PAULO.

1. Introdução

O Museu Forte Defensor Perpétuo (Ibram) tem o prazer de apresentar a segunda edição impressa do livreto “Uma breve história de Paraty”, que traz revisões e atualizações em relação ao texto anterior.¹ A primeira versão da narrativa remonta à exposição de mesmo nome inaugurada pelo museu em 2018, com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura de Paraty no contexto da candidatura da cidade a Patrimônio Mundial da Unesco. A presente publicação, em versão bilíngüe, se destina à divulgação da pesquisa histórica sobre Paraty ao público interessado e, sobretudo, à distribuição junto a professores e estudantes das escolas locais, colaborando assim com a missão institucional do Forte Defensor Perpétuo de divulgação da história e da cultura da cidade.

As contribuições mais recentes à pesquisa sobre a história de Paraty são devidas em grande parte a novos polos universitários instalados em cidades vizinhas; à mobilização e ao debate em torno das comunidades tradicionais, dos movimentos sociais e das comunidades escolares; e ao esforço de pesquisadores isolados, com ou sem vínculo acadêmico, mas interessados em propor novos rumos de investigação.²

Nossa história local está longe de caber numa nota de rodapé sobre a história do Brasil. O papel de Paraty como entre-

1 Todos os textos foram redigidos em 2018 e 2019 e revisados e ampliados em 2022 pelo Técnico em Assuntos Culturais (História) Pedro Campos Franke, exceto “As comunidades tradicionais de Paraty”, escrito e atualizado por João Augusto Andrade Neto, Técnico em Assuntos Culturais (Antropologia), ambos do Museu Forte Defensor Perpétuo (Ibram).

2 Ver, por exemplo, COTRIM, Cassio R. M. *Villa de Paraty*. São Paulo: Editora Capivara, 2012; RIBAS, Marcos Caetano. *A História do Caminho do Ouro em Paraty*. Rio de Janeiro: Contest, 2003; MAIA, Thereza e MAIA, Tom. *Paraty - Religião & Folclore, Ontem & Hoje*. Aparecida: Editora O Lince, 2015; SOUZA, Marina de Mello e. *Paraty – a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre azul, 2008; dentre muitas outras obras.

posto comercial – sobretudo de africanos escravizados –, como lugar de passagem para o interior das minas ou das vilas do Vale do Paraíba, como esconderijo, como conjunto arquitetônico e paisagístico ou como espaço de inúmeros sincretismos culturais tem muito a contribuir com novos modelos explicativos sobre a formação da sociedade brasileira.

A história é um campo interessante e controverso justamente porque se transforma a todo instante. A cada novo olhar por parte de pesquisadores e estudantes, novas interpretações de fatos ocorridos no passado conflitam com antigos conceitos cristalizados, provocando debates e reformulações relacionados à maneira como se vê o passado, e também como se vive o presente.

A narrativa que ora se apresenta, longe da pretensão de ser definitiva ou totalizante, busca uma perspectiva da história de Paraty pautada pelos registros documentais e arqueológicos atualmente disponíveis, pelas discussões bibliográficas e pela incontornável importância do papel das trabalhadoras e trabalhadores que erigiram nosso patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, com sua sabedoria, com o suor e o sangue de seu trabalho, com a alegria e a música de suas festas e com a bravura de sua resistência. A estes devemos a construção e a preservação de um conjunto arquitetônico, étnico, ambiental e cultural único na história do Brasil e do mundo, daquilo que antigos filósofos chamariam de um *microcosmo*, encravado entre a serra e o mar.³

3 Microcosmo significa literalmente “mundo pequeno”. Em filosofia, costuma designar uma miniatura que representaria organicamente algo maior em que ela estaria inserida. Neste caso, Paraty poderia ser referida como um microcosmo do Brasil, em linguagem poética.

2. Pré-história de Paraty

Embora nosso conhecimento dos povos que habitavam Paraty antes e durante a chegada dos portugueses seja bastante limitado, algumas conclusões e hipóteses interessantes podem ser elencadas.

Os habitantes mais antigos da região de Paraty nos deixaram como registro de sua ocupação um conjunto amplo de sambaquis – depósitos fossilizados de matéria orgânica e calcária como conchas, ossos e dentes animais, acumulados pela ação de povos pré-históricos ao longo de toda a costa brasileira, e datados entre 8 mil e 2 mil anos antes do presente. Esse conjunto de sambaquis inclui aqueles encontrados ao lado da Praia do Forte e da Toca do Cassununga, próximo à Praia do Jabaquara.⁴

Segundo relatos históricos da época da chegada dos portugueses, a região era habitada, além dos Tupinambá, por indígenas chamados Guaianá ou Goianá ou Wyanasses – as grafias são as mais variadas em diferentes narrativas. Esses indígenas foram descritos de muitas formas por autores viajantes tão diversos quanto Padre Anchieta, Gabriel Soares de Souza e Hans Staden, apresentando caracterizações por vezes contraditórias. Anthony Knivet, viajante inglês, os descreve como de baixa estatura e muito barrigudos. Muito afeitos ao tabaco e ao urucum, usariam seus cabelos raspados no alto da cabeça e longos nos lados, e dormiriam em redes feitas de cascas de árvores ou de fios de algodão.⁵ Teriam sido os primeiros andari-

4 SOUSA, Alfredo Mendonça de. Pré-história de Parati. Nheengatu, ano 1, n. 2. Março/abril 1977.

5 KNIVET, Anthony. The admirable adventures and strange fortunes of Master Anthony Knivet, which went with Master Thomas Candish in his second voyage to the south sea. 1591. In: PURCHAS, Samuel (editor), Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes. Glasgow: James McLehose and Sons, 1906.



lhós que subiam a Serra do Mar até a região do Vale do Paraíba, a que se deve a denominação “Trilha dos Guaianá” ao trajeto que ficou posteriormente conhecido como “Caminho do Ouro”.

Há muita controvérsia em torno da categorização e do tronco linguístico desses indígenas, e parece certo que Guaianá não seria um nome de nação, e sim uma palavra tupi que poderia designar “gente aparentada”. Seu idioma provavelmente pertencia ao grupo macro-Jê, assim como os Puri, seus prováveis remanescentes. Ao menos dois documentos históricos do século XVII referentes aos habitantes de Paraty os designam como Goramenis ou Goiamimins, e outros como Maromomis ou

Miramomis, o que poderia significar “gente miúda”. Segundo pesquisas recentes, estas designações os aproximariam dos indígenas Maromomi do Vale do Paraíba, também conhecidos como Guarulhos, e os distinguiria dos Guaianá do sul de São Paulo, ancestrais dos atuais Caingang.⁶

Foram aliados dos portugueses contra os franceses e seus maiores inimigos, os Tupinambá, durante a Confederação dos Tamoios.

Registros históricos apontam que os Maromomi/Guaianá da região de Paraty teriam sido escravizados pelos portugueses, e que teriam trabalhado na construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis por volta do ano de 1636.⁷ Um dos documentos mais importantes da fundação de Paraty, uma doação de terras datada de 1630, menciona uma “aldeia de cima dos Goaromenis”, e ordena que estes indígenas não sejam removidos de lá contra sua vontade.⁸ Esta determinação parece indicar a prática conhecida como “aldeamento” – em que “celeiros” de mão-de-obra indígena eram mantidos ao alcance de empreendedores coloniais, muitas vezes por meio da ação de missionários católicos, especialmente jesuítas. A escravidão indígena no Brasil foi de fato intensificada neste período, devido às invasões holandesas que tiraram dos portugueses feitorias importantes como as de Luanda, em Angola, e dificultaram temporariamente o fornecimento de africanos escravizados para as lavouras e engenhos da América Portuguesa.⁹

6 PREZIA, Benedito A. G. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. In: Os indígenas do planalto paulista (tese de doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1998.

7 IHGB. Vários documentos sobre Angra dos Reis, Ilha Grande e outros lugares da capitania do Rio de Janeiro. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 271, abril/junho de 1966.

8 RAMECK, Maria José S. e MELLO, Diuner (orgs). Roteiro documental do Acervo Público de Paraty, vol 2. Paraty: Câmara Municipal de Paraty, IPHAN, 2003/2014. p. 7.

9 FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. pp. 27-30.



Não há registros históricos conhecidos sobre a presença destes indígenas em Paraty desde o século XVII. Sua língua e sua cultura aparentemente desapareceram por completo ao longo dos séculos XVII e XVIII em todo o Brasil. Embora saibamos que chegou a ser redigido um catecismo com vocabulário do idioma dos Maromomi por parte do padre jesuíta Manuel Viegas em fins do século XVI, tal manuscrito jamais foi encontrado ou tornado público ao longo dos séculos seguintes.¹⁰

Alguns indícios sugerem que os Maromomi possam ter sido ancestrais dos atuais caiçaras que habitam nossa região costeira.¹¹

¹⁰ LEITE, Serafim. Os jesuítas e os índios Maromomis na Capitania de São Vicente. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. XXXII. São Paulo, 1937. p. 254.

¹¹ A confecção de redes para dormir, cestos e cordas, a sedentarização de alguns grupos, o cultivo do tabaco e do milho, a construção de casas simples cobertas de folhas de palmeiras e uma forte capacidade de adaptação, de negociação e mesmo miscigenação com portugueses e franceses parecem respaldar alguns costumes em comum. Sobre a presença indígena atual, ver capítulo 7.

3. A formação da Vila de Paraty

Não sabemos ao certo quando e como a região de Paraty foi ocupada pela primeira vez pelos europeus, mas provavelmente isso se deu no início do século XVII, na medida em que as populações de São Vicente e da Ilha Grande começaram a se espalhar pela costa do sudeste brasileiro e passaram a proliferar as lavouras de cana-de-açúcar na região.

A primeira referência histórica à localidade se deve ao relato do viajante inglês Anthony Knivet que, em 1597, como prisioneiro do governador do Rio de Janeiro, integrou uma expedição desbravadora liderada por Martim Correa de Sá. O viajante narra a chegada a “um porto chamado Paratee”,¹² onde a comitiva de Sá é guiada pelos seus aliados Guaianá pelo caminho que transpunha a Serra do Mar e alcançava as terras altas do Vale do Paraíba.¹³

Sabe-se que a primeira povoação de portugueses foi fundada no alto do Morro da Vila Velha, perto de onde séculos depois foi construído o Forte Defensor Perpétuo. Havia provavelmente algumas casas rústicas e uma capela dedicada a São Roque.¹⁴

Em 1630, Dona Maria Jácome de Melo recebe de seu pai, João Pimenta de Carvalho, enquanto procurador da donatária da Capitania de São Vicente, a Condessa de Vimieiro, uma sesmaria das terras entre os rios Paratii-guaçu e Paratiitiba (atualmente Perequê-Açu e Mateus Nunes), com a condição de que não se deslocasse os indígenas que habitavam o território – como

12 Algumas publicações usam a grafia “Paratec”, provavelmente um erro de interpretação da tipografia original inglesa do século XVII, onde se lê “Paratee”.

13 KNIVET, Op. Cit., p. 208.

14 ARAUJO, J.S.A. Pizarro e outros. Tricentenário de Parati: notícias históricas. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960. pp. 16 e 17..



referimos no tópico anterior.¹⁵ Segundo Monsenhor Pizarro & Araújo, cujas pesquisas no início do século XIX são inestimáveis para a escrita da história colonial de Paraty, parte das terras foi destinada por Dona Maria Jácome à construção de uma nova igreja dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, fundada em 1646.¹⁶

Poucos anos após a construção da nova igreja, a cidade se encontrava “sem câmara, nem justiça: um couro de malfeitores”, segundo o ouvidor geral João Velho d’Azevedo.¹⁷ Em 1660, apoiada pelo capitão-mór Domingos Gonçalves de Abreu,

15 RAMECK e MELLO, Op. Cit., vol. 2, p. 7.

16 ARAUJO, Op. Cit., p. 26.

17 SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. Dictionnaire geographique historique et descriptif, do Império do Brasil. Tomo segundo. Paris: J.P. Aillaud, 1845. pp. 242.

a população revoltada institui o pelourinho – símbolo de autonomia municipal – e declara-se independente da vila de Angra dos Reis e Ilha Grande. Apesar da resistência da câmara daquele município, a iniciativa de independência é apoiada pelo governador da província do Rio de Janeiro, o poderoso Salvador Correia de Sá e Benevides.¹⁸

Em data controversa, mas ainda na década de 1660, nasce oficialmente a vila de Paraty.¹⁹

4. Caminhos e descaminhos

Em 1660, o mesmo Salvador Correia de Sá e Benevides ordena a abertura de um caminho sobre as picadas da antiga trilha indígena, que ligaria Paraty ao Vale do Paraíba através da Serra do Mar.²⁰ Não se sabe ainda ao certo o que o motivou. O espectro da descoberta de metais preciosos no interior já rondava os desbravadores portugueses há tempos, e por outro lado o comércio de africanos escravizados começava a se intensificar, tendo Paraty como um notável entreposto.

A abertura da estrada, referida hoje como o “Caminho do Ouro”, fez florescer o comércio no porto de Paraty e a vila passou a ser frequentada por mercadores das cidades altas da serra, como Taubaté, Guaratinguetá e Jacareí, que buscavam víveres como o sal, o azeite e o vinho trazidos por navios ao porto, assim como a aguardente produzida localmente.²¹

18 Ver documentação comentada em RIBAS, Op. Cit. e carta da Câmara de Angra dos Reis em IHGB, Op. Cit., pp. 349, 350.

19 O aniversário da cidade é oficialmente comemorado no dia 28 de fevereiro, com base em uma suposta carta régia de D. Afonso VI datada deste dia no ano de 1667. Cassio COTRIM (Op. Cit.) questiona tal atribuição, tendo reproduzido carta régia da mesma data que não diz respeito à fundação da vila.

20 IHGB, Op. Cit., p. 348.

21 Ver verbete sobre Paraty em SANTA MARIA, Agostinho de. Santuario mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente appareci-



Pouco após a descoberta do ouro na região de Cataguases, em fins do século XVII, institui-se o caminho de Paraty como a passagem oficial dos garimpeiros e tropeiros. Uma Casa dos Quintos e uma nova fortificação na estrada da serra foram construídas em 1703, tornando Paraty um porto incontornável para o escoamento oficial dos metais preciosos, que seguiam por mar até o Rio de Janeiro.²²

A partir de 1710, passa a ser utilizado o chamado Caminho Novo, que ligava por terra o Rio de Janeiro à região das minas através da Serra dos Órgãos. O transporte de ouro pelo porto

das, em graça dos pregadores, & dos devotos da mesma Senhora. Lisboa, 1707. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007.

²² RIBAS, Op. Cit., pp. 31 e 32.

de Paraty, agora designado Caminho Velho, é então proibido pela coroa, mas o trajeto continua movimentado ao longo das décadas seguintes. Pedidos para que se continuasse utilizando o Caminho Velho diante da aridez e dos perigos do Caminho Novo foram eventualmente atendidos pela coroa, além de proliferarem os descaminhos e atalhos para os muitos contrabandistas pouco dispostos a pagar o quinto sobre suas cargas.²³

Na década de 1720, Paraty atinge o mais alto nível de crescimento desde sua fundação. As Igrejas de Santa Rita, de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Conceição do Paraty-Mirim são inauguradas, assim como novas casas de pedra e alvenaria. Alguns estudos atuais têm discutido a relevância do contrabando de africanos escravizados para esta primeira fase de florescimento. A cachaça, amplamente utilizada como moeda de troca na compra de pessoas escravizadas ao longo da costa brasileira, passa a ter em Paraty uma produtividade sem precedentes, acompanhada posteriormente por grande prestígio.²⁴

Mulheres e homens africanos e seus descendentes foram a grande força de trabalho por trás da produção agrícola e do crescimento urbano da vila durante os séculos XVIII e XIX, além de sua presença ativa na formação de nosso complexo socio-cultural. Alguns testemunhos históricos da presença afro-brasileira em Paraty estão na formação das comunidades quilombolas do Campinho da Independência e do Cabral, na construção das igrejas do Rosário e de Santa Rita, no toque dos tambores do jongo, na devoção e nos festejos a São Benedito, nas técnicas em metal, madeira e couro dos objetos remanescentes e em outros elementos que forjaram múltiplas manifestações da cultura local.²⁵

23 Id., *Ibid.*, p. 36.

24 Ver ARAÚJO, Op. Cit., p. 30.

25 É importante que todos reconheçamos a invisibilidade do papel principal de-



5. Paraty nos tempos do Império

Ao longo do século XVIII, relatos de viagens de nobres e governantes testemunham o uso contínuo do caminho da serra que passa por Paraty, ainda que haja problemas estruturais em alguns trechos.²⁶ Entretanto, o chamado Caminho Novo passa a

sempenhado pelos setores populares e subalternizados da sociedade paratiense, assim como da brasileira. Em suas Memórias Históricas, Pizarro e ARAÚJO chega a se admirar com a manifesta desigualdade do tecido social de Paraty: “Na mão de bem poucos fica toda a riqueza; porque encadeados de tal forma os demais habitantes com os principais do negócio [ou seja, com o trabalho], em suas mãos depositam os frutos de suas lavouras, sem vantagem considerável, e sempre com forçosa dependência” (p. 31).

26 NETO, Luís Camilo de Oliveira. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Apud. ARAÚJO, op. cit., pp. 6 e 7.

ser o escoadouro oficial das minas, e sem o fluxo constante de mineiros, a vila passa por dificuldades econômicas em fins do século XVIII.

O porto de Paraty volta a assumir grande importância como entreposto quando começa a prosperar a produção de café para exportação no Vale do Paraíba. Assim, durante o século XIX, houve mais um período de notável crescimento urbano. A capela de Nossa Senhora das Dores foi finalizada, a nova Igreja da Matriz teve suas obras continuadas até a inauguração em 1860 e a Santa Casa de Misericórdia foi construída às margens do rio Perequê-Açu.²⁷ Também outras esferas tiveram seu período de progresso: havia mais de uma escola de primeiras letras e uma cadeira de gramática latina que contava com 27 alunos em 1832.²⁸ Um serviço de correio entre Rio de Janeiro, Ilha Grande e Paraty foi estabelecido pelo governo imperial em 1823. A vila é alçada ao título de Condado em 1813, e Dom Miguel Antonio de Noronha Abranches Castelo Branco se torna o primeiro Conde de Paraty.

Em 1822, Paraty comemora a Independência do Brasil com um entusiasmado relato dos festejos que se seguiram à emancipação na vila, encaminhado ao Império para publicação.²⁹ No mesmo ano foi construído sobre o Morro da Vila Velha o Forte Defensor Perpétuo, que se torna o principal prédio militar da vila. Outras fortificações, como as da Ilha da Bexiga, do Mantimento, do Iticopê e da bateria da vila são munidas de equipamentos e pessoal.³⁰

27 Decreto de criação de cadeira de primeiras letras em Paraty. 1832. Arquivo Nacional, BR NA 22.0.0.3157. Fundo 22, Decretos do Executivo; e carta sobre o professor de latim Padre Manuel Antonio da Silva na Biblioteca Nacional, Fundo Biográfico, Século XIX, C-865-53.

28 Império do Brasil, Diário do Governo (1823 a 1833), Biblioteca Nacional, p. 156.

29 O relato foi transcrito e editado integralmente como apêndice em ARAÚJO, Op. Cit., pp. 57-63.

30 CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, canhões de bronze,



Com as restrições ao comércio escravista iniciadas na década de 1830 e consumadas em 1850, intensifica-se o contrabando ilegal de africanos pelo porto de Paraty.³¹ Denúncias de fazendeiros sobre roubos e ataques por parte de quilombolas atestam a resistência dos escravos à opressão senhorial na região, que teve diversos quilombos formados e depois perseguidos pelas forças repressivas do Estado, ainda no final do século XVIII e depois ao longo do XIX.³²

Na vila, a comunidade afro-brasileira tinha suas manifestações religiosas de matriz africana, suas “danças e vozerios” e seus “candomblés” perseguidos diretamente pelas autoridades

homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009. pp. 373-375.

31 Em 1831 é promulgada a chamada Lei Feijó, que teoricamente proibia o tráfico de escravos, por pressão da Inglaterra. Na prática, acabou conhecida como uma lei “para inglês ver”, e o contrabando fluía intensamente. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, passou a realmente limitar e coibir o tráfico negreiro como pirataria. Ver RIBAS, Op. Cit, p. 46 e 47.

32 Ver RAMECK e MELO, Op. Cit., Vol. 2, p. 60.

e pelas posturas municipais,³³ como se atesta por uma petição da Câmara de 1838 para que se roçasse o mato do campo de lavagem, “o lugar da reunião dos pretos que costumam ajuntar-se para o jogo do búzio”, e os oficiais pudessem então encontrá-los e prendê-los.³⁴ O medo de uma insurreição levou as autoridades a decretar um toque de recolher para pessoas escravizadas em 1836.³⁵ Ao mesmo tempo, através das irmandades religiosas podia-se conquistar uma relativa mobilidade social e o direito de manifestar uma espiritualidade na perspectiva de um catolicismo negro que tinha nas congadas uma importante expressão. Suas “danças e festas de costume de reis e rainhas congos” obtiveram licença da Câmara para sair em cortejo pelas ruas da cidade, ao menos no ano de 1829, após requerimento da Irmandade do Rosário.³⁶

Há uma intensificação do transporte de café pela cidade entre 1830 e 1850, e uma preocupação constante com o estado da estrada da serra, manifesta inclusive por José Bonifácio em decreto de 1823,³⁷ e consumada com uma grande reforma em 1840.³⁸ Em 1863, o próprio Imperador D. Pedro II passa pela cidade e registra suas impressões em diário.³⁹ Porém, em 1864, a inauguração da Ferrovia Pedro II, ligando Rio de Janeiro e São Paulo através do Vale do Paraíba, isola Paraty da rota comercial do café. Os quartéis e baterias sofrem com a falta de pessoal e de equipamentos. A cidade cai em franca decadência econômica e em longo e relativo isolamento, com forte êxodo da população

33 Posturas Municipais eram leis locais que regulavam a sociabilidade e o uso do espaço urbano.

34 RAMECK e MELO, Op. Cit., p. 75.

35 Id., Ibid., p. 75.

36 Id., Ibid., p. 74.

37 Império do Brasil, Op. Cit, p. 165.

38 RIBAS, Op. Cit., p. 47.

39 Ver Transcrições dos diários de D. Pedro II, disponível no site do Museu Imperial (Ibiam) em 29/09/2022, vol. 10.



mais jovem e consequente diminuição populacional.

Este quadro começa a se transformar apenas na década de 1950, com a construção da estrada Paraty-Cunha. Em 1958, o Centro Histórico de Paraty é tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje Iphan), e em 1966 o tombamento abrange todo o município. A chegada da estrada Rio-Santos nos anos de 1970 abre permanentemente os potenciais turísticos da cidade, que a partir de então se consolida como um dos maiores destinos turísticos do Brasil e do mundo.

6. O Forte Defensor Perpétuo

O Forte Defensor Perpétuo ocupa um dos mais importantes lugares de memória de Paraty. Sua elevação à beira-mar guarda os segredos dos nossos primeiros habitantes no sambaqui da praia e das primeiras ocupações coloniais da região. Suas construções militares serviram de forma relativamente efêmera ao seu propósito original, e a virada do século viu o Forte se adaptar aos usos práticos da cidade em decadência, servindo de moradia temporária, cadeia improvisada e até de cenário para o filme de Nelson Pereira dos Santos, *Um Azylo Muito Louco* (1968); até se tornar patrimônio cultural e museu na segunda metade do século XX.

A data de fundação do Forte Defensor Perpétuo, ou mesmo de uma fortificação que a tivesse precedido no local de sua construção, é uma questão controversa sobre a qual ainda pairam dúvidas. Por um lado, antigos textos institucionais e conclusões de pesquisadores do século XIX atribuem a uma Carta Régia de 1703 a ordem para que se construísse uma fortificação no Morro da Vila Velha⁴⁰. Tendo sido tal carta transcrita dos manuscritos da Biblioteca Nacional pelo Setor Técnico do museu em 2013, seu conteúdo parece referir uma fortificação a ser erguida no portão de entrada da cidade, que pudesse controlar a entrada e saída de garimpeiros e tropeiros que seguissem às minas ou

40 Há indícios de que havia um forte ao norte do Rio Perequê-Açu em SAINT-A-DOLPHE, Op. Cit., p. 242: “(...) em 1703 construirão-se dous fortes, um ao norte perto do ribeiro Perequê-Guaçu, e outro ao sul nas vizinhanças do Patitiba”; na obra de LIMA, Honório. Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis e províncias anexas, 1889; e em artigo no jornal O Paratyense (1891, p.2): “No auto da Collina em que foi instalada a antiga Villa com a invocação de S. Roque; a instancia do povo que de continuo era assaltado pelos piratas do Rio da Prata [...] foi mandado construir um pequeno Forte com o título - Defesa, que só ficou concluído em 1706, e artilhado com canhões de ferro de calibre 12, como tudo lê-se no livro 16 do Registro Geral da Provedoria, a fls. 53”. Esta última referência documental não foi localizada, e podemos encontrar muitas inconsistências nos relatos de Honório-Lima.



que delas chegassem, evitando assim os descaminhos de ouro e pedras preciosas, e não uma construção defensiva em elevação à beira-mar como o local onde se encontra o Forte.⁴¹

Historiadores mais recentes como Adler Homero Fonseca de Castro, acompanhados também de outros autores mais antigos⁴², defendem a tese de que o Forte Defensor Perpétuo foi construído apenas em 1822, projetado para encabeçar o complexo defensivo de Paraty sobre pelo menos outras seis posições estratégicas. A designação prestava homenagem a D.

41 Na carta, o Governador do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira afirma “ser conveniente que na Vila de Paraty se faça uma trincheira de estacada com um reduto para a defesa do portão e se impedir, a quem for, para as ditas Minas sem licença e fazer registrar as fazendas que levar e o ouro que trouxer para assim se não desencaminhar cousa alguma”. Consulta do Conselho Ultramarino sobre se fazer uma trincheira na Vila de Paraty para impedir as passagens às Minas sem licença, 1703. Manuscrito Biblioteca Nacional. Uma planta do acervo do Arquivo Histórico do Exército também corrobora a tese de que o atual edifício tenha sido construído em 1822, mesmo que houvesse outra fortificação na mesma localidade (ver figura na p. 23).

42 Ver CASTRO, Op. Cit., pp. 373-375 e SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações do Brasil, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 113.

Pedro I, agraciado com o título de Defensor Perpétuo do Brasil.

Apesar da nomenclatura oficial, a construção não se configura tecnicamente como um forte, e sim como uma bateria – posição de canhões aberta na sua gola.

O contexto do estabelecimento do Forte Defensor Perpétuo em 1822 remonta ao reforço da defesa da região em meio às tensões que culminaram com a Independência do Brasil. Após o Sete de Setembro, a ameaça de um contra-ataque português por parte das tropas leais à coroa lusitana – que ainda dominavam praças importantes, como Salvador – levou o novo governo independente a projetar um amplo incremento defensivo ao longo da costa brasileira, especialmente na província do Rio de Janeiro.

Mesmo após o reconhecimento da Independência, a fortificação continuou a ser guarnecida devido à Guerra da Cisplatina contra as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) que durou de 1825 até 1828. A partir deste ponto houve um corte de gastos com o complexo defensivo brasileiro. O Forte Defensor Perpétuo alternou momentos de abandono com eventuais rompantes de preocupação em abastecer a posição de soldados e munições – como ocorreu no caso da crise diplomática com a Inglaterra em 1850.⁴³

Em 1856, a fortificação foi desarmada pelo Ministério da Guerra e transferida para o governo provincial.⁴⁴

Segundo relatos de visitantes do museu, um regimento de pracinhas foi enviado para guarnecer o Forte durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1957, o Forte Defensor Perpétuo foi tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, atual Iphan), e restaurado pela mesma instituição na década

43 Castro, Op. Cit., p. 374.

44 Id., Ibid., p. 375.

seguinte. Nos anos de 1980, o edifício passou a abrigar o Centro de Artes e Tradições Populares, que abriu ao público exposições sobre a cultura caiçara e suas tradições, que hoje integram o acervo permanente do museu.

O Forte Defensor Perpétuo passou à responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) desde a criação da autarquia em 2009.⁴⁵ Desde então, o museu tem avançado em sua inserção na comunidade, no trabalho de pesquisa e em ações educativas e culturais, com destaque para o projeto Paraty Ciranda, a exposição de arte e artesanato popular O Modo de Fazer, o encontro de cultura indígena Ymaguaré e as atividades de educação museal em parceria com as escolas públicas das redes estadual e municipal.



⁴⁵ Saiba mais sobre o Ibram em www.museus.gov.br, e sobre o Forte em www.gov.br/museus/pt-br/museus-ibram/museu-forte-defensor-perpetuo



7. As comunidades tradicionais de Paraty

Com a chegada do asfalto e do turismo em escala crescente, uma nova etapa na vida do paratiense se inaugurou. As comunicações antes feitas exclusivamente via mar ou por caminhos na mata se aceleraram e se intensificaram: chegada de novas tecnologias, aumento da circulação de mercadorias e do afluxo de turistas, vindos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro em grande parte, mas também de todo o Brasil e de todo o planeta. A construção da Rodovia Federal BR-101, conhecida como Rio-Santos, em 1972, foi responsável por dar abertura a essas grandes mudanças.⁴⁶

Antigos habitantes da área do litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, as comunidades caiçaras⁴⁷ têm seu modo de vida diretamente ligado à pesca, à agricultura e

46 CAVALIERI, Lúcia. A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

47 DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna (Org.). Enciclopédia Caiçara: falares caiçaras – volume 2. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB; CEC/USP, 2005.

ao extrativismo. Aqui em Paraty não é diferente, dependem das possibilidades de viver a partir da relação tradicional entre o ser humano e o mar, a terra e a mata. Aqui, desde os anos 70, os grupos caiçaras passaram a ser alvo crescente de conflitos envolvendo a posse das terras por eles tradicionalmente ocupadas.

Nos anos 70 e 80, agricultores e pescadores organizados através do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty resistiram às tentativas de expropriação realizadas por donos de grandes fazendas e por corporações, por investidores e proprietários vindos de fora. As comunidades tradicionais já se organizavam desde essa época por sua sobrevivência. Processos semelhantes ocorreram nos municípios vizinhos de Ubatuba e Angra dos Reis, os quais compõem junto com Paraty uma das maiores áreas de Mata Atlântica preservada do Brasil.

Conflitos territoriais ainda estão muito presentes na região e constituem situações de graves dramas sociais, envolvendo o tema da justiça socioambiental, isto é, dos modelos de relacionamento entre a humanidade e natureza. As situações de injustiça contra as comunidades tradicionais incitam à reflexão sobre que tipo de desenvolvimento vem sendo implantado em Paraty. Quais alternativas de desenvolvimento poderiam ser construídas para se respeitar o modo de vida das comunidades tradicionais, dos agricultores, pescadores e extrativistas da região e preservar o meio ambiente?

A proteção ambiental e a proteção do patrimônio histórico e cultural aqui são asseguradas pela robusta legislação federal, estadual e municipal e pelos órgãos oficiais. As instituições públicas atuam como importantes freios aos processos de desenvolvimento de caráter predatório, carentes de planejamento urbano e regional e ausentes de responsabilidade social e ambiental.

Atores da sociedade civil também possuem um papel

fundamental nesse sentido. Como fruto do processo de resistência das comunidades caiçaras, das comunidades afrodescendentes quilombolas, das aldeias das etnias indígenas e das comunidades de pescadores e de agricultores tradicionais, a região apresenta ainda hoje um rico mosaico sociocultural. Em Paraty a diversidade de culturas está intrinsecamente relacionada à preservação do patrimônio ambiental, o que possibilitou inclusive que Paraty fosse reconhecida pela Unesco em 2019 como Patrimônio da Humanidade, na categoria de sítio misto, unindo cultura e meio ambiente.

Organizações representativas das comunidades tradicionais assumem um papel de destaque ao propor outros projetos para Paraty e para a região do entorno. Apresentam alternativas unindo meio ambiente e sociedade, de modo a preservar e proteger a ambos.

Os grupos populares que historicamente ocupam a zona rural e a região costeira de Paraty lutam para assegurar a defesa dos recursos naturais dos quais dependem para sobreviver. Esses recursos envolvem a água pura, a terra para o plantio e moradia, as matas com seus remédios, frutos e matérias-primas para construção e para produção de objetos artesanais, o peixe e os frutos do mar, os sítios preservados que representam marcos de sua história e identidade. Recentemente esses e tantos outros bens culturais materiais e imateriais indispensáveis ao seu modo de vida vem sendo incorporados à atividade do Turismo de Base Comunitária.

Os saberes e fazeres associados à vida nessas comunidades são parte fundamental desses bens culturais, que são transmitidos oralmente de geração a geração. Envolvem festividades, música, dança, religiosidade, modos de produzir objetos artesanalmente, técnicas de trabalho, conhecimentos sobre os processos naturais e sobre a fauna e a flora, práticas cole-

tivas como o auxílio, que é um tipo de mutirão, dentre outros elementos. A salvaguarda desses bens culturais vem sendo feita também mais recentemente em projetos de educação formal em nível fundamental, médio e superior, bem como em projetos de educação patrimonial e museal.

Em outras localidades Brasil afora esses mesmos bens culturais se perderam em meio aos processos de urbanização, modernização e transformação da terra em mercadoria. Essa dinâmica aqui também ganhou força desde a chegada da BR-101, gerando processos de perda dos territórios e de desagregação das comunidades. Mas ao mesmo tempo impulsionou o movimento de resistência das comunidades, que estão cada dia mais fortalecidas na luta pelo direito de ser e de viver.

O poder público e a sociedade cada vez mais se inclinam ao reconhecimento de grupos e territórios tradicionais em todo o país. Temos em Paraty mais de 32 comunidades caiçaras espalhadas por todo o litoral da Baía de Paraty. Existem atualmente 04 aldeias indígenas em áreas rurais envolvendo as etnias Guarani Mbya (aldeias Itaxim em Paraty-Mirim e Araponga no Patrimônio), Guarani Mbya e Ñandeva (aldeia Tekoha Jevy, no Rio Pequeno) e Pataxó (aldeia Iriri Kãñã Pataxi Ûi Tanara, em Iriri). Por fim, temos as comunidades quilombolas do Cabral no bairro rural de mesmo nome e do Campinho no bairro rural da Independência.⁴⁸

Sua existência e resistência demonstram que a aliança entre os saberes tradicionais e a preservação do território são uma alternativa de vida possível, mirando um mundo onde meio ambiente e sociedade se relacionem de forma mais justa, sustentável e solidária.

48 OBSERVATÓRIO de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. Mapa de comunidades tradicionais de Paraty, Paraty: FIOCRUZ/Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba/FUNASA, 2018.

1. Introduction

The Forte Defensor Perpétuo Museum (Ibram) is pleased to present the second printed edition of the booklet *Uma Breve História de Paraty*, (A Brief History of Paraty), which brings revisions and updates to the previous text. The first version of the narrative dates back to the exhibition of the same name, introduced by the museum in 2018, in the context of the city's application for UNESCO World Heritage status. This bilingual publication means to spread historical research on Paraty to the interested public and, above all, to teachers and students of local schools, thus collaborating with the institutional mission of Forte Defensor Perpétuo: protecting and publicizing the city's history and culture. The English version is compact if compared to the Portuguese text but we hope it pleases our foreign visitors and readers.

The narrative now unveiled avoids the pretension of being definitive or universal and seeks a perspective on the history of Paraty based on documentary and archaeological records, on bibliographic discussions and on the inevitable importance of the role played by workers that edified our cultural heritage with their wisdom, with the sweat and blood of their work, with the joy and the music of their festivities and with the courage of their resistance. To them we owe the construction and the preservation of an architectural, ethnic and cultural ensemble that is unique in Brazilian and general history, and which ancient philosophers would call a microcosm, carved between the mountain range and the sea.

2. Prehistoric Paraty

Although our knowledge of the peoples who inhabited Paraty before and during the arrival of the Portuguese is quite limited, some interesting conclusions and hypotheses can be drawn.

The earliest inhabitants of the Paraty region left us as a record of their occupation a large set of sambaquis or shell-mounds – fossilized deposits of organic matter and limestone like shells, bones and animal teeth, accumulated by the action of prehistoric peoples along the Brazilian coast, and dated between 8 thousand and 2 thousand years before the present. This set of sambaquis includes those found next to Praia do Forte and Toca do Cassununga, next to Praia da Jabaquara.

According to historical accounts of the time the Portuguese arrived,

the region was inhabited by the Guaianás or Goianás or Wyanasses– the spellings vary widely in different narratives. These natives have been described differently by traveling authors as diverse as Father Anchieta, Gabriel Soares de Souza and Hans Staden, who often present contradictory characterizations. Sixteenth century English traveler Anthony Knivet describes them as short and very potbellied. Very fond of tobacco and annatto. They would use their hair shaven on the top of the head and long at the sides, and they would sleep in nets made of barks of trees. They would have been the first wanderers who climbed the Serra do Mar to the region of Vale do Paraíba, through a route known as Trilha dos Guaianá, roughly on the path that was later called Caminho do Ouro (The Gold Path).

There is much controversy surrounding the categorization and linguistic trunk of these natives, and it seems certain that Guaianá would not be a nation name, but a Tupi word meaning “related people”. Their language probably belonged to the Macro-Jê group as their probable remnants Puri. At least two historical documents of the seventeenth century referring to the inhabitants of Paraty designate them as Goaromimins or Goiamimins, and others as Maromimis or Miramomis, which could mean “small people.” According to recent research, these designations would bring them closer to indigenous inhabitants of Vale do Paraíba, also known as Guarulhos, and would distinguish them from the Guaianás from the south of São Paulo, the ancestors of the present Caingang. They joined the Portuguese against the French and their greatest enemies, the Tupinambas in the conflict known as Confederação dos Tamoios. Historical records indicate that the Maromomis were enslaved by the Portuguese, and that they worked in the construction of the Nossa Senhora da Conceição Church of Angra dos Reis in 1636. There was a catechism with a vocabulary written in the Maromomi language by seventeenth century Jesuit priest Manuel de Viegas but it has been completely lost afterwards.

There are no known historical records of the presence of these natives in Paraty since the seventeenth century.

3. The foundation of the Village of Paraty

We do not know for sure when and how the Paraty region was first occupied by colonizers but it probably happened in the early seventeenth century as the populations of São Vicente and Ilha Grande began to spread along the coast of southeastern Brazil and sugar cane plantations proliferated in the region.

The first historical reference to the locality is due to the account of the English traveler Anthony Knivet, who in 1597, as prisoner of the governor of Rio de Janeiro, integrated a pioneering expedition led by Martim Correa de Sá. The traveler narrates the arrival at “a port called Paratee”, where the delegation of Sá is guided by its Guaianá allies along the road that transpired the Serra do Mar and reached the highlands of Vale do Paraíba.

It is known that the first Portuguese settlement was founded on the top of Morro da Vila Velha, next to the spot where centuries later the Forte Defensor Perpétuo was built. There were probably a few rustic houses and a chapel dedicated to Saint Rocco.

In 1646 Dona Maria Jácome de Melo donated part of the land she had received years before from the Countess of Vimieiro for the construction of a village between the rivers Perequê-Açu and Mateus Nunes, with the building of a chapel dedicated to Nossa Senhora dos Remédios (Our Lady of the Remedies).

A few years after the construction of the new church, the city was “without chamber nor justice: a shelter of evildoers,” according to the general ombudsman João Velho d’Azevedo. In 1660, on the initiative of Captain Domingos Gonçalves de Abreu, the revolted population raises the pelourinho – symbol of municipal autonomy – and declares itself independent of the village of Angra dos Reis and Ilha Grande. Despite the resistance of the village council, the independence initiative is supported by the governor of the province of Rio de Janeiro, the powerful Salvador Correia de Sá e Benevides.

At a controversial date, but still in the 1660s, the village of Paraty was officially born.

4. Courses and Off Courses

Still in 1660, the same Salvador Correia de Sá e Benevides orders the opening of a path on the bites of the old indigenous trail, which would link Paraty to Vale do Paraíba through the Serra do Mar. It is not yet known what motivated him at first. The specter of the discovery of gold in the interior had long been roaming the Portuguese pioneers, and on the other hand the African slave trade was beginning to intensify, with Paraty as a remarkable warehouse.

The opening of the road made commerce flourish in the port of Paraty and the village was visited by merchants from the high mountain towns of Taubaté, Guaratinguetá and Jacareí, who came looking for commodities like salt, oil and wine brought by ships to the port of Paraty, as well as locally produced cachaça.

Shortly after the discovery of gold in the region of Minas Gerais at the end of the seventeenth century the path of Paraty is established as the official passage for muleteers and gold diggers. A tax house and a new fortification were constructed in 1703 on the mountain range route, making Paraty an unavoidable port for the official flow of precious metals, that followed by sea until Rio de Janeiro.

From 1710 onwards, a so-called Caminho Novo (New Path) was open, which linked Rio de Janeiro by land to the region of the mines directly through Serra dos Órgãos. The transportation of gold through the port of Paraty, now called Caminho Velho (Old Path), is then banned by the crown, but the route continues to be used throughout the following decades, with the proliferating of misplacements and shortcuts for many smugglers not willing to pay taxes on their charges.

In the 1720s Paraty reached the highest level of growth since its foundation. The churches of Santa Rita, Rosário and Nossa Senhora da Conceição do Paraty-Mirim were finished building, as were new stone and masonry houses. Some current studies have discussed the relevance of African slaves smuggling to this first phase of flowering. Cachaça, widely used as a bargaining good in the purchase of slaves along the Brazilian coast, had an unprecedented productivity in Paraty, followed later by great prestige.

African women and men and their descendants were the main work force behind agricultural production and urban growth of the village during the eighteenth and nineteenth centuries. Among many other historical testimonies of that importance are the devotion to Saint Benedict, the construction of the church of Rosário, the metal, wood and leather crafts on remnant objects and the formation of the quilombola communities Campinho da Independência and Cabral.

5. Paraty in the Brazilian Empire period

Throughout the eighteenth century, travelers' accounts testify to the continuous use of Caminho do Ouro, although there are structural problems in some parts. However, Caminho Novo becomes the official mine outlet, and without the constant flow of miners, the village experiences economic difficulties at the end of that century.

The port of Paraty returns to assume great importance as a warehouse when the production of coffee for export in Vale do Paraíba begins to flourish. Thus, during the nineteenth century, there was another period of remarkable urban growth. The chapel of Nossa Senhora das Dores was edified, the new

Mother Church had its works continued until being finished by 1860 and the hospital Santa Casa de Misericórdia was built on the banks of River Perequê-Açu. The town is elevated to the title of County in 1813, and Dom Miguel Antonio de Noronha Abranches Castelo Branco becomes the first Count of Paraty.

In 1822 Paraty celebrates the Independence of Brazil with an enthusiastic report of the festivities that followed the emancipation in the village, sent to the Empire press for publication. In the same year the Forte Defensor Perpétuo is build. Other fortifications such as the Bexiga Island, Mantimento Island, Iticopê and the village battery are garnished with equipment and personnel.

With restrictions on the slave trade begun in the 1830s and consummated in 1850, the smuggling of Africans through the port of Paraty is intensified. Reports from farmers about robberies and attacks by quilombolas (slaves who escaped to hidden settlements) attest to the resistance of slaves against the lords' oppression in the region.

The Afro-Brazilian community in the village had its religious practices of African origin, its "dances and voices" and its "candomblés" directly persecuted by the authorities and municipal postures, as attested by a 1838 petition from the Chamber to mow the lawn in Campo de Lavagem, "the meeting place for the niggers who usually gather for the game of búzios", so the officers could then locate and arrest them. The fear of an insurrection led the authorities to impose a curfew for enslaved people in 1836. For another hand, through religious brotherhoods known as Irmandades, relative social mobility and the right to manifest spirituality in the perspective of a black Catholicism could be achieved. Festivities known as Congadas were a strong expression of that spirituality. Their "dances and festivities of Congo kings and queens" were granted permission by the Chamber to go out in procession through the city's streets, at least in 1829, following a request from Irmandade do Rosário.

In 1864, the open of a railroad connecting Rio de Janeiro and São Paulo through Vale do Paraíba isolates Paraty from the commercial coffee route. Barracks and batteries suffer from the lack of personnel and equipment. The city falls in frank economic decay and in long and relative isolation.

This picture begins to change in 1950, with the construction of the Paraty-Cunha road. In 1958, the Historic Center of Paraty is registered by the federal heritage institute (IPHAN), and in 1966 the whole municipality is officially preserved. The construction of the Rio-Santos highway in 1973 permanently opens the tourist-cultural potential of the city, which has since become one of the main tourist destinations in Brazil and the world.

6. Forte Defensor Perpétuo

Forte Defensor Perpétuo occupies one of the most important places of memory in Paraty. Its elevation by the sea holds the secrets of our first inhabitants in the sambaqui of the beach and of the first colonial occupations in the region. Its military buildings served its original purpose for a relatively short time. The turn of the century saw the fort adapt to the practical uses of the decaying city, serving as temporary housing, improvised jail and even as a setting for the film *Um Azylo Muito Louco* (1968) by Nelson Pereira dos Santos, until becoming a museum in the second half of the twentieth century.

There are still doubts about when the military building was edified. Founding dates like 1703 or 1793 are common in local literature, but they lack firm evidence. More accurate studies argue that Forte Defensor Perpétuo was only built in 1822, designed to head the defensive complex of Paraty over at least six other strategic positions. The designation paid homage to D. Pedro I, awarded the title of Defensor Perpétuo of Brazil. Despite the official name, the construction is not technically a fort, but a battery – a cannon position open at its collar.

The establishment of Forte Defensor Perpétuo in 1822 is historically related to the reinforcement of Brazilian defenses, in a scenario of political tensions that culminated with the emancipation of Brazil from Portugal in September 7th 1822. After the Declaration of Independence, the threat of a counter offensive by ships and troops still loyal to the Portuguese crown caused the new independent Empire to project a massive defensive increment all along the Brazilian shore.

The fort continued to be garrisoned due to the Cisplatine War against Províncias Unidas do Rio da Prata (currently Argentina) which lasted from 1825 to 1828. Although the next years saw the position lacking ammunition and personell, occasional episodes had the government sending troops and weapons – as occurred in the case of the diplomatic crisis with England in 1850.

In 1856, the fort was disarmed by the Empire and transferred to the Provincial Government of Rio de Janeiro. According to recent visitors, it was garrisoned with soldiers during World War II for a few months.

In 1957, Forte Defensor Perpétuo was declared part of historical heritage by IPHAN and now works as a museum under the administration of IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus).

7. The traditional communities of Paraty

In the 1970s, with the construction of the Rio-Santos Highway (BR-101), a new stage in the development of Paraty was inaugurated, since the communication previously made exclusively via sea or through forest paths accelerated with the arrival of asphalt and tourism on a growing scale. Caiçaras – a term that refers to ancient inhabitants of the coastal area between the south of the state of Rio de Janeiro and the north of the state of Paraná and their descendants – have become the target of conflicts involving the ownership of lands traditionally occupied by them. During the 1970s and 1980s small farmers and fishermen organized through the Paraty Rural Workers' Union resisted attempts at expropriation by large farms and corporations, in one of the largest areas of preserved Atlantic Forest in Brazil. Even today territorial conflicts are present in the region.

As a result of the resistance process of Caiçara communities, Afro-descendant communities of Quilombolas, indigenous villages, traditional fishermen and small farmers communities, the region still has a rich socio-cultural mosaic in which the diversity of cultures is intrinsically related to the preservation of environmental patrimony. The popular groups that historically occupied the rural zone and the coastal region of Paraty struggle to assure the defense of the natural resources on which they depend to survive. These resources include pure water, land for planting and housing, forests with their medicines, fruits and raw materials for construction and for the production of handicrafts, fish and seafood, preserved sites representing its history and identity – recently incorporated into the activity of community-based tourism – and so many other goods indispensable to their way of life. The processes of land commodification, urbanization, and modernization dynamics threaten the construction of an identity associated with community belonging, displacing practices, discourses and cultural meanings once shared and generating processes of deterritorialization and social invisibilization of the groups and of the families and individuals that compose them.

Public power and society are increasingly inclined to recognize traditional groups and territories, as is the case in Paraty of more than 32 Caiçara communities, of the 5 indigenous villages involving the Guarani Mbya, Guarani Kaiojá and Pataxó ethnic groups and the Quilombola communities of Cabral and Campinho. Their resistance demonstrates that traditional knowledge and the preservation of territory as an environmentally sustainable and socially just living space present themselves as a possible horizon for overcoming the current civilization crisis.



IMAGENS

- Capa: Vista da Costa de Paraty ao sul da Ilha Grande, 1827. Jean-Baptiste Debret. Companhia Editora Nacional, 1970.
- Pág. 1: Planta do Saco de Paraty, 1877. Antonio Américo Pereira da Silva. Arquivo Histórico do Exército.
- Pág. 7: Dança dos Puris, sem data. Alcide D'Orbigny. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1976.
- Pág. 9: Caboclo, índio civilizado, 1834. Jean-Baptiste Debret. Acervo Museus Castro Maya (Ibram).
- Pág. 11: Sesmarias Concedidas entre Paraty e Mambucaba. A planta com as sesmarias doadas na região de Paraty apresenta os nomes dos proprietários e as datas de doação. Fonte: Biblioteca Municipal – Setor de Iconografia e Cartografia
- Pág. 13: Rencontre d'indiens avec des Voyageurs Européens [Encontro de índios com viajantes europeus], Johann Moritz Rugendas 1827-1835. Litografia, 21,5 x 28,28 cm.
- Pág. 15: Carregadores de café, 1826. Jean-Baptiste Debret. Acervo Museus Castro Maya (Ibram).
- Pág. 17: Vista da costa de Parati ao sul da Ilha Grande, 1827. Jean-Baptiste Debret. Companhia Editora Nacional, 1970.
- Pág. 19: Coleta de esmolas para a Igreja do Rosário (Porto Alegre), 1838. Jean-Baptiste Debret. Acervo Museus Castro Maya (Ibram).
- Pág. 21: Forte Defensor Perpétuo, 2012. Henrique Carvalho/Ibram.
- Pág. 22: Planta das fortificações que se está fazendo na villa de Paraty, sem data. Arquivo Histórico do Exército.
- Pág. 24: Seu Dito das Canoas. Foto de Sebastião Barbosa para a exposição O Modo de Fazer, 1983. Acervo Forte Defensor Perpétuo.
- Pág. 35: Mamangá. Foto de Sebastião Barbosa para a exposição O Modo de Fazer, 1983. Acervo Forte Defensor Perpétuo.
- Pág. 38: Planta da Cidade de Paraty, 1861. Pedro D'Alcantara Bellegarde e Conrad Jacob Niemeyer. Fundação Biblioteca Nacional, Setor de Iconografia e Cartografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, J.S.A. Pizarro e (e outros). *Tricentenário de Parati: notícias históricas*. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960.
- BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- CAVALIERI, Lúcia. A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

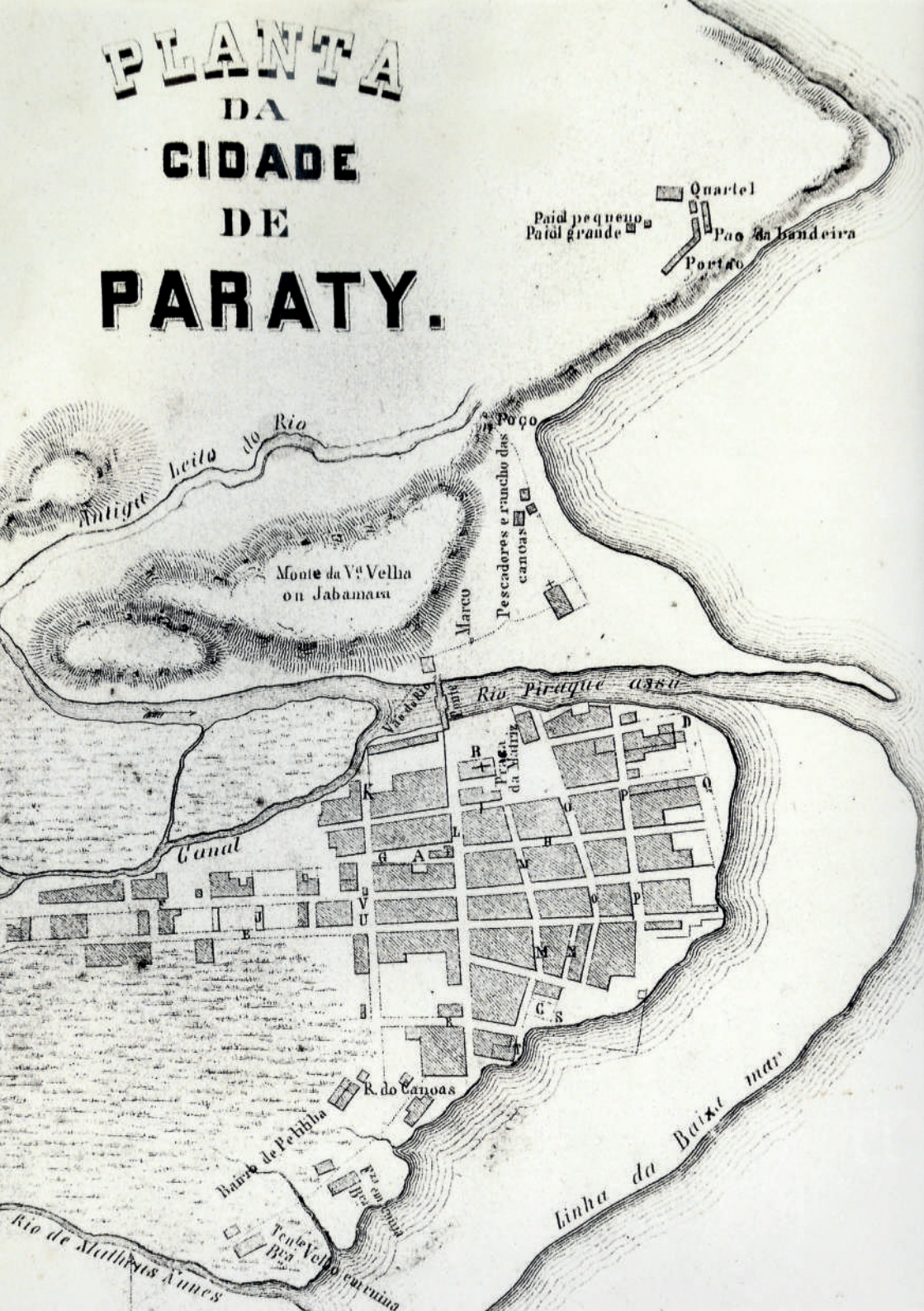
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009.
- COTRIM, Cassio R. M. *Villa de Paraty*. São Paulo: Editora Capivara, 2012.
- DIAS, Ondemar. A Fase Parati: apontamentos sobre uma fase cerâmica neobrasileira. In: *Universitas*, n. 8/9. Salvador: 1971.
- DIAS, Paulo. Tradição e modernidade nas ingomas do Sudeste: Jongo e Candombe. In: LAHNI, Cláudia Regina (org). *Culturas e Diásporas Africanas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.
- DIEGUES, Enciclopédia Caiçara: falares caiçaras – volume 2. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2005
- IHGB. Vários documentos sobre Angra dos Reis, Ilha Grande e outros lugares da capitania do Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 271, abril/junho de 1966.
- KNIVET, Anthony. *The admirable adventures and strange fortunes of Master Anthony Knivet, which went with Master Thomas Candish in his second voyage to the south sea*. 1591. In: PURCHAS, Samuel (editor), *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes*. Glasgow: James McLehose and Sons, 1906.
- LEITE, Serafim. Os jesuítas e os índios Maromomis na Capitania de São Vicente. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. XXXII. São Paulo, 1937.
- LIMA, Honório. *Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: São José, 1974.
- Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina / Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. OTSS - Mapa de comunidades tradicionais. Disponível em: <<http://otss.org.br>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.
- PREZIA, Benedito A. G. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. In: *Os indígenas do planalto paulista* (tese de doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1998.
- RAMECK, Maria José S. e MELLO, Diuner (orgs). *Roteiro documental do Acervo Público de Paraty*, vols. 1 e 2. Paraty: Câmara Municipal de Paraty, IPHAN, 2003/2014.
- RIBAS, Marcos Caetano. *A História do Caminho do Ouro em Paraty*. Contest, 2003.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Diccionario geographico historico e descriptive, do Império do Brasil*. Tomo segundo. Paris: J.P. Aillaud, 1845.
- SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos pregadores, & dos devotos da mesma Senhora*. Lisboa, 1707. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007.
- SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140. SOUZA, Alfredo Mendonça de. “Pré-história de Parati”. In: *Nheengatu*, Cadernos de Arqueologia Brasileira, ano 1, n. 2, mar/abr 1977.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brazil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

Paiz pequeno
Paiz grande

Quartel

Paiz da bandeira

Porto



A cidade de Paraty abriga mais mistérios do que deixam transparecer seus sobrados centenários, suas ruas de pedra, sua baía morna e calma ou a muralha verde da Serra do Mar que a circunda. Alguns desses mistérios estão aí para serem vistos por olhos atentos e curiosos, outros ainda se escondem debaixo das pedras úmidas, difíceis de serem desvendados.

Ainda há muito o que se desenterrar sobre a história de Paraty, um lugar em que o esquecimento parece ter uma presença tão marcante quanto a memória. Este livreto oferece uma modesta contribuição neste sentido, formulada a partir do Museu Forte Defensor Perpétuo – um dos mais antigos lugares de memória do município – e buscando uma perspectiva panorâmica, porém atenta a detalhes e problemas sensíveis à nossa historiografia e ao nosso presente.

Esperamos que a publicação possa servir como apoio, especialmente para professores e estudantes de nossas escolas locais e pesquisadores em geral.

ISBN: 978-65-88734-15-5



SECRETARIA ESPECIAL DE
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

